Organizar e unificar a luta da classe trabalhadora para derrotar Temer. Greve Geral Já!

Resumo: Desde a perda do direito à data base, em 1995, temos enfrentado todos os governos. Lutamos sem vacilar contra FHC, Lula/Dilma e Temer. Agora é hora de fazer greve geral e por pra Fora Temer, os corruptos do Congresso Nacional e suas reformas! Cadeia e confisco dos bens de todos eles! Só a luta muda a vida!

Assinam: Ana Luiza Figueiredo - Aposentada TRF 3ª Região e Diretora do Sintrajud, Inês Leal de Castro - JT Fórum Barra Funda e diretora do Sintrajud, Eliseu Trindade - TRF 3ª Região e diretor suplente do Sintrajud, Angelica Olivieri - aposentada Execuções Fiscais da JF e da Executiva Estadual da CSP Conlutas, Raquel Morel - TRE SP, Ronald Fumagalli - JT Barra Funda, Cléber Borges Aguiar - TRF 3ª Região, João Carlos Carvalho -JF Marília, José Carlos Sanches - JF Franca, Ely Verissimo – TRE SP, Antônio Carlos - Execuções Fiscais da JF, Cleide Navas – Aposentada do TRF

O Brasil atravessa profunda crise econômica, social e política, com ataques muito duros aos direitos dos trabalhadores, o que se reflete no aumento do desemprego, no sucateamento dos serviços públicos, na reforma trabalhista, no aumento das privatizações e das terceirizações, na precarização das condições de vida e de trabalho. O governo Temer, apesar de muito repudiado pela maioria da população, acirrou os ataques que já vinham sendo aplicados nos governos anteriores, incluindo os do PT. Segue entregando o patrimônio do país ao setor privado, nacional e estrangeiro.

A corrupção, o desemprego, os baixos salários, a precarização e eliminação dos direitos, o caos nos serviços públicos de saúde, educação, a discriminação das mulheres, dos negros e pessoas LGBT, a violência e humilhação é o que nos reserva o capitalismo.

Essa situação política e econômica, com fortes elementos de polarização social tem produzido lutas sindicais e populares bastante importantes, como as recentes greves de caminhoneiros e petroleiros.

Nossa categoria do Judiciário Federal sabe a força que tem quando luta. Desde a perda do direito a data base em 1995 temos enfrentado todos os governos de plantão. Lutamos sem vacilar contra FHC, Lula/Dilma e Temer com greves duras e longas conseguimos impedir que nossos salários e direitos acabassem.

Já a partir de 2012 explodiram rebeliões dos trabalhadores da construção civil, nas obras do PAC. Foi aqui que os servidores públicos federais quebraram a política de congelamento do governo Dilma. Em 2013 manifestações multitudinárias nas ruas, mudaram a situação política do país e produziram grandes impactos na realidade política e no movimento dos trabalhadores. A partir de 2015, ano da maior greve do Judiciário Federal, tivemos as greves dos operários do ABC, as paralisações nacionais metalúrgicas e as ocupações de escolas secundaristas que operaram mudança qualitativas na organização e direção das lutas. As greves que já estavam num crescente com a crise política e as medidas de ajustes, seguiram e colocaram a classe trabalhadora em forte movimento.

Em 28 de abril de 2017 ocorreu a maior greve geral realizada no país desde 1989, marcada pela forte adesão dos operários e trabalhadores dos transportes, seguida da gigantesca manifestação de maio, em Brasília.

A CSP Conlutas buscou a unidade de ação pela construção da greve geral e travou a luta política por sua concretização nas bases da central e das outras organizações. O papel da CSP Conlutas foi decisivo para impulsionar o calendário de mobilizações e pautou-se por uma forte exigência às centrais para que convocassem a greve geral.

A maior vitória de todo esse processo de luta resultou na não aprovação da Reforma da Previdência. Temer, desde então, não conseguiu se recuperar e seguiu sem condições de governabilidade. Este foi o tom da radicalização dos trabalhadores frente à degradação imposta às suas condições de vida.

Em 2018, apesar dos esforços para desviar as energias dos trabalhadores para o calendário eleitoral e a Copa do Mundo, o Brasil foi sacudido pela greve dos caminhoneiros, com 87% de aprovação popular. Em seguida, a greve dos petroleiros, dentro do clima de forte desgaste do governo, culminou na saída do ex-presidente da Petrobrás, Pedro Parente, o que representa uma vitória da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores. Estas e outras categorias, como professores municipais, estaduais e da rede privada, bem como os metalúrgicos, enfrentaram os

governos e patrões. Obtiveram conquistas e ganharam apoio da sociedade, demonstrando que existem condições objetivas de se retomar o chamado à Greve Geral e botar fora Temer e todos os corruptos do Congresso Nacional.

Combater a criminalização dos movimentos e barrar os setores de ultradireita

É essa polarização da luta de classes, entre a ofensiva da burguesia contra os nossos direitos, por um lado, e a reação dura da classe trabalhadora contra estes ataques, por outro, o pano de fundo da crise política que vive o país. É devido à essa disposição de luta da classe na defesa de seus direitos e à revolta que cresce cada vez mais nos setores mais pobres da população, que os governos intensificam o uso da repressão e da violência.

Mas Temer não é pioneiro. Foi no governo da presidenta Dilma que foram aprovadas duas leis – a lei anti-terrorismo e a chamada lei das organizações criminosas – claramente voltadas para reforçar a repressão às lutas e às organizações dos trabalhadores. Foi também este governo do PT que baixou o decreto da GLO – Garantia da Lei e da Ordem – autorizando o uso das Forças Armadas na repressão à população.

O governo Temer dá um novo salto nesse processo com a intervenção federal decretada no Rio, que colocou o Exército no comando da segurança pública do Estado, atuando como força de contenção social. O Exercito também foi o meio usado pelos governos Temer e Pezão para tentar retomar o controle sobre a PM e a Policia Civil do estado, cada vez mais em crise.

O processo de criminalização das lutas e da pobreza, que agora se intensifica frente à polarização da luta de classes, é uma característica permanente no capitalismo. O verdadeiro genocídio levado a cabo pelas PMs contra a juventude negra e pobre da periferia dos grandes centros urbanos que perdura há décadas é uma de suas expressões mais cruéis. O assassinato de Marielle e Anderson, no Rio, é mais uma expressão dessa barbárie.

Outro fenômeno que se verifica com o aprofundamento da crise e da polarização da luta de classes é o surgimento de setores de ultradireita, como Bolsonaro e os movimentos que o apoiam. Da mesma forma, setores das Forças Armadas que se animam cada vez mais a dar opinião sobre política. Precisamos sim, repudiar e combater duramente estes setores.

A ultradireita é uma alternativa contra os trabalhadores e contra os setores mais oprimidos da sociedade, os negros, os indígenas, as mulheres, as pessoas LGBT. É preciso denunciar e desmascarar Bolsonaro junto aos trabalhadores e ao povo pobre e enfrentar a ultradireita nas ruas, fisicamente inclusive, quando necessário. Da mesma forma é inaceitável e precisamos repudiar as tentativas de setores militares de se envolver na política. Se os chefes militares querem falar de impunidade, devem começar por tratar da impunidade dos próprios comandantes militares que são responsáveis pela tortura e assassinatos de milhares de trabalhadores e jovens durante o regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1984.

Mas nem fenômenos como Bolsonaro, nem as declarações de chefes militares podem ser confundidas com uma "ofensiva do fascismo" ou da iminência de um golpe militar no país, como quer fazer crer o PT e seus seguidores. O fascismo implica uma ação organizada de grupos paramilitares, armados e com apoio de massas, que atacam e eliminam os trabalhadores, seus dirigentes, suas lutas e suas organizações. Não é esse o quadro que temos no país. Aliás, se estivéssemos mesmo frente a uma ofensiva fascista ou na iminência de um golpe militar, teria de ser outro o caminho a adotar. Fascismo não se derrota com eleições, nem com frentes eleitorais. Se derrota nas ruas, com luta de massas. Da mesma forma teríamos de agir para enfrentar um golpe militar. Nesses casos, sim, não apenas se justificaria, mas seria imperativo uma unidade de ação de todas as organizações da classe trabalhadora. Mas para a luta, não para eleições.

O que, na verdade, o PT pretende com essa narrativa é justificar a proposta de uma Frente Ampla Eleitoral em apoio às suas candidaturas, no primeiro ou segundo turno das eleições – proposta à qual aderiram alegremente o PCdoB e o PSOL.

O Poder Judiciário não vai acabar com a corrupção, a impunidade e a injustiça social

Da mesma forma que combatemos as ilusões na Frente Ampla Eleitoral, é preciso deixar claro que o poder judiciário em nosso país nunca foi democrático, sempre esteve a serviço de garantir a impunidade dos ricos e poderosos. Nunca esteve a serviço de assegurar justiça aos trabalhadores e aos pobres. O Brasil tem cerca de 300

mil presos que nunca tiveram julgamento algum, nem na segunda instancia, nem na primeira. São os presos de "instancia nenhuma". São pobres e negros em sua maioria. Onde está a justiça para estas pessoas?
Os governos do PT não fizeram nada para mudar essa situação nos 14 anos que estiveram à frente do país. Pelo contrário, legitimaram este sistema – basta ver que a maioria dos ministros do STF foram indicados pelos petistas. O encarceramento em massa de negros e pobres, sem nenhum tipo de julgamento, praticamente dobrou durante os governos do PT. Lula segue, até neste momento extremo que vive, reafirmando que "confia na justiça". É mais um desserviço enorme à consciência dos trabalhadores.
A verdade é que Lula e o PT são responsáveis pela situação em que se encontram. Têm razão quando denunciam a seletividade da justiça ao condenar e colocar na cadeia somente o líder petista. Essa justiça é seletiva mesmo. No entanto, frente a isso, não é razoável propor como solução a impunidade geral como faz o PT e todos os interessados em fugir dos crimes de corrupção pelos quais são investigados. O que é preciso, sim, é exigir que todos os demais – começando por Temer, Aécio, Serra, Alckmin, etc – sejam punidos também. Há que colocar na prisão TODOS os corruptos e corruptores, e confiscar todos os seus bens para repor ao patrimônio público o que foi roubado.
E é claro que não podemos confiar que esta Justiça que aí está faça isso. Essa Justiça é dos ricos, só os protege, da mesma forma que todas as instituições que governam o Brasil. Essa, como outras mudanças que precisamos que aconteçam em nosso país, só teremos garantia que virão se houver luta para isso, mobilização dos trabalhadores e do povo pobre.

As traições do PT e da CUT

Na polarização da luta de classes que existe no país o PT e a CUT não estiveram nem estão do lado dos trabalhadores contra os ataques. Pelo contrário, foram instrumentos da burguesia para atacar nossos direitos. O governo da Bahia, do PT, aprovou o mesmo congelamento de despesas com políticas sociais que foi aprovado por Temer em nível federal; em Minas Gerais, o governo Pimentel se nega a cumprir acordo feito com os professores e professoras do estado.
Isso acontece porque a direção do PT e Lula, há muito tempo, decidiram se aliar aos empresários (e os políticos corruptos que os representam), e isso faz com que, no governo, defendam os interesses dessa gente e não dos trabalhadores. Agora mesmo, quando Lula, ainda preso, tenta viabilizar sua candidatura neste ano, de novo repete as alianças com Renan Calheiros, Kátia Abreu, Eunício Oliveira e toda a corja do MDB, PP, etc. Ao buscar aliança com os grandes empresários para ganhar as eleições e para governar, foram parar na mesma lama da corrupção que eles. E é por uma acusação de corrupção que Lula está preso. Ao assumir os mesmos esquemas corruptos com que sempre se governou o Brasil, Lula se expos ao que está vivendo agora.
Os trabalhadores precisam de uma organização que sirva para sua luta para mudar tudo isso. Começando por colocar pra fora Temer e toda a quadrilha que, com ele, governam nosso país a serviço do sistema financeiro, das multinacionais, do grande empresariado e do latifúndio/Agronegócio. Mas essa organização precisa se pautar pela independência de classe dos trabalhadores, senão vira instrumento dos patrões.
Por isso é um desserviço aos trabalhadores defender o atrelamento da luta e organização da nossa classe à defesa de Lula e da direção do PT. Não é com eles que construiremos a organização capaz de levar adiante a luta que precisamos fazer para defender nossos direitos, para mudar o país. Será contra eles, pela escolha que fizeram de aliar-se aos patrões. Abrindo mão da sua independência acabaram virando as costas aos trabalhadores.
As lutas só não avançaram mais devido o papel de freio que tem cumprido a direção do PT e das grandes centrais sindicais do país, especialmente da CUT e da Força Sindical. Por esta razão é preciso urgentemente fortalecer a CSP CONLUTAS, que surgiu a partir da unidade de vários setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais aplicadas pelo governo Lula. A partir da década de 90, a CUT passou a seguir uma linha de conciliação, participando das Câmaras Setoriais, concordando com flexibilização de direitos e apoiando as reformas da previdência. Em 2003, com a ascensão de Lula ao poder, tendo como ponto de partida a reforma da previdência, a CUT definitivamente abandonou o lado dos trabalhadores e passou a servir tão somente como instrumento de apoio para os projetos eleitorais do PT. A partir da reforma da previdência de Lula, que taxou os aposentados,

muitos tiveram que trabalhar muito mais tempo para se aposentar. Naquele ano, inconformados com os rumos da central, um grupo de entidades, tendo como centro os servidores públicos, rompeu com a CUT e começou a construir uma nova alternativa para os trabalhadores. Assim, depois de muitos enfrentamentos com os governistas, surgiu a CONLUTAS, que, após o CONCLAT, em 2010, passou a se chamar: CSP CONLUTAS.

Fortalecer a CSP-Conlutas como instrumento de luta e contra a conciliação de classes

A CSP Conlutas vem cumprindo um papel importante como oposição aos governos de frente-popular e foi a única a demarcar um posicionamento de independência de classe frente aos dois campos burgueses acaudilhados por PT e PSDB-PMDB, após o impeachment. No governo Temer, tem cumprido papel de permanente enfrentamento, travando uma luta consequente, a partir da unidade de ação para lutar, mantendo completa diferenciação com o campo da frente-popular, agora fora do governo, e com alternativas da chamada direita clássica, PMDB, PSDB, etc.

Em pouco mais de 10 anos de existência, a central afirma-se como uma entidade de trabalhadores que unifica os setores do movimento sindical, popular, com representação dos setores oprimidos e de juventude e com um programa de independência de classe e estratégia socialista. O seu maior patrimônio segue sendo a luta permanente contra a conciliação de classes, por um programa classista, socialista e internacionalista aliado à luta contra a burocratização. Isso numa entidade de frente única que funciona a partir da democracia operária, em oposição às organizações que funcionam como uma federação de correntes, garantindo que as decisões sejam tomadas pelas entidades de base, e não pelas correntes e forças políticas por fora dos fóruns do movimento.

O movimento sindical brasileiro vive um forte processo de transformações. As principais centrais sindicais (CUT e FS) têm se constituído em importantes diques de contenção e são empecilhos objetivos na construção e unificação das lutas, porém hoje enfrentam fortes contradições em suas bases, o que têm forçado a quem impulsionem dias de luta e paralisações. Os quadros da CUT estão voltando para o movimento e a frente popular, que antes disputava o processo a partir da sua localização no governo, agora, volta a disputar os aparatos. A tática na disputa política dessas frentes é jogar todo o movimento para assegurar a eleição de Lula 2018. Para isso lançam mão da tática da "Frente Ampla pelas Diretas, já!" e abarcam Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. No interior das categorias sua linha é disputar a desfiliação das entidades da CSP-CONLUTAS, o que nos coloca a tarefa de cerrar fileiras na defesa de nossa central.

Para barrar os ataques do Governo, precisamos de uma rebelião no país!

As mudanças que necessitamos no país são profundas. É preciso acabar com a desigualdade, a injustiça, o preconceito a discriminação, a violência, acabar com esse sistema que transforma os trabalhadores em escravos dos capitalistas. Para isso é preciso mudanças estruturais no país – parar o pagamento da dívida dita "publica" que transfere aos bancos quase metade do orçamento do país todos os anos; estatizar os bancos, as grandes empresas, as multinacionais e colocar sob controle dos trabalhadores; nacionalizar a terra para coloca-la a serviço da produção de alimentos para a população.

É preciso colocar os recursos que tem o país e a riqueza produzida por quem trabalha, a serviço de atender as necessidades dos trabalhadores e do povo pobre e não de enriquecer meia dúzia de banqueiros como ocorre hoje. E nada disso poderá ser feito através das eleições, pois o sistema eleitoral é controlado pelo poder econômico, por estes mesmos banqueiros e grandes empresários que se beneficiam da desigualdade e da injustiça da sociedade capitalista. Por isso, independente de quem é eleito, entra eleição e sai eleição e nada de fundamental muda para os trabalhadores e pobres.

Essas mudanças só virão com a luta da classe operária e todos os explorados e oprimidos. Precisamos tomar as ruas e, nas ruas, tomar em nossas mãos os destinos do nosso país. É preciso transformar toda essa revolta que cresce todo dia dentro das fábricas, na periferia dos grandes centros urbanos, em luta organizada para mudar a situação em que vivemos. O caos já temos! Agora precisamos de uma rebelião que ponha fim a este sistema de exploração e opressão da nossa classe!